

**PROPOSTA**



**DIRETRIZES PARA  
A CONVIVÊNCIA  
COM O SEMIÁRIDO**

**2013**

Uma contribuição da sociedade civil  
para a construção de políticas públicas



# DIRETRIZES PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO 2013

Uma contribuição da sociedade civil  
para a construção de políticas públicas

Recife, março de 2013





## Apresentação

// As Diretrizes para a Convivência com o Semiárido” são o resultado de uma longa caminhada de trabalho e de parceria entre os movimentos sociais e sindicais, organizações não governamentais e da Igreja Católica, juntamente com diversas famílias rurais dessa região, em busca de uma vida digna. Nessa jornada, muitas experimentações e inovações foram testadas, realinhadas e lograram êxitos que vêm mudando a face do Semiárido. Aqui, apresentamos algumas das principais diretrizes que entendemos ser passíveis de orientar a construção de políticas públicas para a convivência sustentável com as particularidades dos biomas do Nordeste, principalmente a caatinga.

As perspectivas aqui indicadas são o fruto da retomada da mobilização da sociedade civil em torno da luta incessante pela construção de uma Política Nacional de Convivência com o Semiárido, que envolva governo e sociedade. Essa mobilização, inicialmente, nasceu de uma parceria entre o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, por meio Fetape, e a Arquidiocese de Olinda e Recife, as quais, seguindo um histórico de luta e defesa dos povos do campo, juntaram-se para ações emergenciais de distribuição de água e arrecadação de recursos para a construção de reservatórios de água para consumo humano e produção.

Em seguida, perceberam que era preciso ampliar esse diálogo com a sociedade em torno da luta por ações mais estruturantes. A partir daí, foram envolvidos diferentes atores sociais (que assinam este documento) em momentos de escuta, debate e apreciação de experiências.

Estamos num momento crucial para essa reflexão, pois atravessamos a pior seca dos últimos 40 anos. São mais de 9,5 milhões de pessoas atingidas, em 1.135 municípios do Semiárido Nordestino.

Já em 2006, durante o Encontro dos Bispos do NE2 da CNBB, em Campina Grande/PB, foi feita a seguinte declaração: “O Nordeste hoje tem fome e sede de Deus, água, terra, alimentos, saúde, educação e cultura, dignidade e cidadania, sementes, trabalho digno, agroecologia e meio ambiente”.

E, para saciar essa fome e sede, apresentamos, juntos, estas propostas, almejando que elas incidam em políticas públicas que, de forma efetiva, coloquem o Semiárido num patamar de desenvolvimento sustentável.

O objetivo deste documento é conclamar outros setores da sociedade e do governo a não pensarem na região apenas em tempos de seca, pois é importante desconstruirmos os preconceitos e imagens deturpadas, reconhecendo melhor e valorizando os povos e culturas do Semiárido e suas potencialidades.

Acreditamos profundamente que tal propósito somente pode ser alcançado pela ampla mobilização da sociedade e dos governos nos níveis federal, estaduais e municipais em torno de uma plataforma de ações permanentes e articuladas, a partir de um Plano Nacional e Planos Estaduais de Convivência com o Semiárido .

# Índice

Introdução	08
Da organização, gestão e do financiamento	15
Do mapeamento, sistematização e multiplicação das tecnologias sociais	17
Do acesso à infraestrutura hídrica e ao saneamento	18
Do acesso à terra e da regularização fundiária	20
Da organização e comercialização, da geração de emprego e renda e do protagonismo de jovens e mulheres	21
Da assistência técnica e extensão rural	24
Do acesso à educação	25
Da soberania e segurança alimentar e nutricional	27
Do meio ambiente	28
Da valorização de povos e culturas	30

## Introdução

O Semiárido atualmente atravessa uma das piores secas de sua história. A extensão dos prejuízos é imensa, atingindo áreas até então não suscetíveis, como as da Mata e do Agreste. As áreas urbanas já enfrentam um pré-colapso no abastecimento de água. Os rebanhos estão sendo dizimados, e as conquistas econômicas e produtivas fundamentais acumuladas, sobretudo nos últimos 10 anos, correm o risco de se perderem.

O ciclo de secas não pode nos fazer pensar que o Semiárido brasileiro é apenas um condicionamento climático, e a longa estiagem sua intempérie, e que deve ser tratado, sobretudo, com ações mitigadoras, emergenciais. O semiárido é, antes de tudo, um conjunto de condições próprias de um bioma e, desse modo, exige-nos um novo olhar e a construção de iniciativas diferenciadas para convivermos nele. Nesse espaço, vivem 46% da população nordestina e 13% da população brasileira, além de representar 11% do território brasileiro. São aproximadamente 25 milhões de pessoas aguardando a adoção de medidas civilizatórias, que facilitem a convivência mais adaptada a esse ecossistema.

Estamos no maior semiárido do mundo, o mais populoso, e uma das regiões mais açudadas do planeta e com um elevado índice pluviométrico, se comparado a outros semiáridos. Entretanto são duas estações bem definidas: inverno (de 3 a 5 meses) e verão (de 7 a 9 meses). O elevado índice de evapotranspiração (cerca de 2.000 mm/ano) impõe particularidades e limites hídricos, a exemplo da não construção de grandes “espelhos de água” (superfícies), pois tais obras aumentam as perdas.

Assim começa o ciclo das águas no semiárido: chuvas irregulares no tempo e no espaço. Porém estamos no semiárido mais chuvoso do planeta. A variação de chuvas é de 250 mm a 800 mm/ano. Mesmo no estado com menos água per capita – Pernambuco – com 1.270 metros cúbicos em média, é maior que o



índice da ONU para caracterizar escassez (1.000 mm/pessoa/ano). A questão, portanto, não é falta de água, mas como armazená-la bem, evitando ao máximo as perdas, e distribuí-la de forma equitativa e sustentável. A quantidade de chuvas, somada às águas da superfície, principalmente os rios São Francisco e Parnaíba, bem como as águas de subsolo podem perfeitamente tornar a região viável para a vida humana e animal.

Assim posto, a questão é fazer a reforma hídrica, isto é, democratizar o acesso à água. Segundo dados da CPTSA/Embrapa, uma pessoa, nessa região, pode utilizar até 36 dias de trabalho por ano em busca de água. A escassez advém basicamente da destruição e poluição de mananciais e a concentração da água em mãos de particulares e/ou em atividades específicas, como os perímetros ou canais de irrigação.

A democratização da água passa pelo projeto de integração de bacias do rio São Francisco, pelos sistemas simplificados de abastecimento de água, mas deve passar principalmente pelas pequenas barragens, cisternas de placas, bem como a contínua instalação e manutenção de poços tubulares, amazonas e artesanais, barragens subterrâneas e sucessivas, açudes, caldeirões de pedra, barreiros trincheiras, adutoras de pequeno e médio porte, entre outras estruturas, para buscarmos definitivamente a erradicação da utilização de carros pipas.

Outra base fundante da convivência com o semiárido é o acesso à terra. A base agrária concentrada e concentradora ainda não foi modificada de forma consistente, bastando considerar que temos, apenas, pouco mais de 2.000 assentamentos de reforma agrária numa região secularmente marcada pelo poderio agrário; e 90% das propriedades com área inferior a 100 hectares, detendo apenas 27% da área total.

Vale lembrar ainda que 45% da área agricultável estão na posse de apenas 3% dos imóveis rurais, e com perspectivas de agravamento com a compra ou arrendamento de terras da agricultura familiar para empreendimentos eólicos registrados em vários estados, inclusive com incentivos fiscais governamentais.

Esse cenário deixa diversos grupos sociais em situação de vulnerabilidade quanto ao direito à terra e ao território. São sem-terra, minifundiários e posseiros; populações tradicionais (índigenas, comunidades negras e quilombolas, caatingueiros, ribeirinhos, áreas de fundo de pasto etc.); acampados e assentados(as) da reforma agrária; atingidos e ameaçados por grandes projetos. Aliás, a falta de reordenamento agrário tem sido o principal entrave das famílias ao acesso a programas sociais estruturantes, como o Minha Casa, Minha Vida, já que eles solicitam o registro formal da posse da terra.

A permanência de graves problemas ambientais e socioeconômicos remete à atualidade da questão quanto ao desenvolvimento mais adequado ao semiárido brasileiro. Como dinamizar sua economia aproveitando, enriquecendo e preservando suas características ambientais? Como equilibrar os ritmos de crescimento nas suas sub-regiões e integrá-las às estratégias de desenvolvimento regional e nacional? É fundamental lembrar que parte significativa da nossa produção de alimentos é destinada ao abastecimento do mercado interno, cujo volume só não se amplia pelas históricas necessidades de políticas de organização da produção, crédito, assessoria técnica e comercialização.

As atividades econômicas tradicionais sempre passaram por crises, e os incentivos fiscais valorizam sobremaneira os empreendimentos agroindustriais de maior porte e competitividade. São, antes de tudo, intervenções pelas quais se acha que o problema econômico se resolve com “o aumento do bolo para depois reparti-lo”. A geração de emprego via grandes projetos é importante, mas ela precisa valorizar e criar vocações econômicas ao mesmo tempo em que diversifica e amplia setores estratégicos e, sem dúvida, o maior deles é a produção da agricultura familiar.

Vale sublinhar que, na região Nordeste, está metade da agricultura familiar brasileira. Todavia as contradições socioeconômicas são igualmente seculares e, somente nos últimos 10 anos, vêm sendo reordenadas de forma mais equilibrada.

A economia do Semiárido representa apenas 21,6% do PIB do Nordeste. Porém 40% da riqueza está em poder de apenas 1% dos mais ricos. Estupenda herança colonial. Ademais, em 47,5% dos municípios do Semiárido cerca de um terço da população tem mais da metade de sua renda proveniente de transferências governamentais. Isso explica, em grande parte, o porquê de não vivermos mais aquelas cenas desumanas de fome e saques. No entanto, mais do que comemorar, é preciso considerar que este ciclo atual de seca, que começou em 2009 e tende a continuar nos próximos 9 anos, segundo alguns especialistas, está fazendo retroceder, em 10 anos, conquistas sociais e econômicas.

As reservas acumuladas nesse período estão sendo esgotadas para minimizar os efeitos da estiagem. Isso a custo da perda dos rebanhos e do seu significativo patrimônio/melhoramento genético, bem como a perda total ou parcial das lavouras de sequeiros: milho, feijão, sorgo, mandioca, abóbora, melancia dentre outras; e a falta de suporte forrageiro – pastagens naturais e/ou artificiais e grãos – para a alimentação animal.

O crédito emergencial liberado representa apenas em torno de 2,5% do prejuízo econômico que o Nordeste acumula. Enquanto alguns estados adotam medidas inovadoras e com suporte na própria região, tais como o uso da cana de açúcar, sorgo, farelo de milho, torta de algodão, a Conab insiste em apenas distribuir milho, advindo das regiões Norte, Sul e Centro-oeste, o que encarece e dificulta imensamente a ação em razão dos elevados custos e logística dos fretes.

Diante disso, é estratégica a criação de um programa de produção de suporte forrageiro; incentivo, fortalecimento e criação de bancos e casas de sementes, considerando as sementes crioulas ou da “paixão”; distribuição de fôrmas, equipamentos e máquinas ensiladeiras, visando à construção de silos anel e trincheira para armazenagem de fenação e silagem, tecnologias sociais ao alcance imediato dos(as) agricultores(as) familiares, apenas para citar algumas medidas importantes.

O bioma caatinga é único no mundo e o principal ecossistema do Nordeste. Cerca de 80% de seus ecossistemas originais já foram alterados. Neste, vivem diversas espécies endêmicas (só existem na caatinga), de modo que sua perda não pode ser facilmente reparada. Outra questão é que 59% da sua área foi modificada por atividades antrópicas (causadas pela ação humana) e, no entanto, apenas 4% da área está protegida em Unidades de Conservação Ambientais estaduais ou federais.

O uso desordenado dos recursos naturais tem provocado aridização (salinização e desertificação) das áreas agricultáveis, desregulação pluviométrica (redução dos dias com chuvas e aumento dos dias com chuvas intensas – chuva demais no tempo errado também é problema!), redução da disponibilidade de água, desaparecimento de espécies vegetais e animais, despovoamento/êxodo, sobretudo rural.

O cenário atual e vindouro é de poucas chuvas na região. A pouca precipitação registrada não foi suficiente sequer para fazer forragem para a alimentação dos animais, deixando os pequenos açudes e barragens quase secos. As cidades já registram pré e colapso de água. O período chuvoso já está comprometido, e o quadro que assola o povo nordestino, principalmente do meio rural, é preocupante e requer medidas urgentes e enérgicas que, se não forem tomadas, a situação tende a recrudescer.

Já são 1.326 municípios do Semiárido em situação de emergência. Cerca de 10,3 milhões de pessoas foram afetadas segundo dados recentes da SEDEC/MI. É a pior seca dos últimos 40 anos.

Como salientou a pauta emergencial e estruturante entregue pela CONTAG, em 2011, durante o Grito da Terra: “Estamos diante de um fenômeno cíclico que não apresenta muita novidade quanto ao aspecto climático. A novidade mesmo é como será tratado. A expectativa do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais é que se efetivem novas formas de abordagem de uma situação anunciada, com medidas diferenciadas e portadoras de condições sustentáveis e capazes de garantir a plena convivência com o Semiárido sem necessidade ou redução significativa de ações emergenciais.

As ações executadas precisam convergir à construção (ou partir) de um projeto claro e consistente de desenvolvimento sustentável para a Região, em contraposição ao modelo agroexportador, baseado em monocultivos e na exploração da força de trabalho, excludente e dependente do receituário da revolução verde. No Nordeste, não é mais admissível a implantação de 'ilhas de desenvolvimento' à custa da manutenção da concentração de terra, renda e poder. Urge lutarmos pela valorização dos povos do campo (do Semiárido) e sua inclusão social e produtiva mediante uma ampla e massiva reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar”.

O conjunto das organizações da sociedade civil, especialmente pela urgência de tratar as ações emergenciais para mitigar os efeitos imediatos da estiagem registrada na região, bem como a implantação de ações estruturantes que possam mudar e construir condições sustentáveis de convivência com o Semiárido, apresenta estas Diretrizes para o avanço do diálogo com os governos federal, estaduais e municipais e para a construção de uma Política Nacional e de Políticas Estaduais de Convivência com o Semiárido e um respectivo Fundo Financeiro para ações permanentes.

Faz-se importante lembrar que, neste ano, comemoramos 20 anos da ocupação da Sudene (em 1993), cuja principal conquista foi um Programa de Ações Permanentes em detrimento das frentes de emergência. Essa iniciativa ocorreu a partir do Fórum da Seca, no início dos anos 1990, que foi uma mobilização da sociedade, principalmente dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Outro momento fundamental se deu em 1999, durante a 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3), realizada no Recife-PE. Nesta, a sociedade civil organizou o fórum paralelo do qual resultou o lançamento da Declaração do Semiárido pela Articulação no Semi-árido Brasileiro (ASA), que propõe a formulação de um programa para implantação de 1 Milhão de Cisternas no Semiárido.

Duas décadas depois do “Fórum Nordeste: Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Nordeste – Propostas da Sociedade Civil”, uma nova articulação da sociedade civil retoma a caminhada, com o mesmo sentimento e a mesma ousadia de apresentar as “Diretrizes para Convivência com o Semiárido – uma contribuição da sociedade civil para a construção de políticas públicas”, mostrando que estamos sempre atentos (como lembra a Igreja Católica: é preciso ouvir o clamor do povo – Ex, 3,7) e afirmando categoricamente não haver mais espaço para Plano de Ação para Emergência contra as Calamidades Públicas de Seca e de Enchentes, como o produzido pelo Ministério do Interior, Sudene – 1972, somente para lembrarmos o que tem sido feito até o momento.

## Da organização, gestão e financiamento

A estratégia de organização, gestão e financiamento precisa convergir para a criação de um Fundo Nacional e de um Conselho Nacional, cuja responsabilidade será aglutinar todas as ações do governo e da sociedade para a criação de uma Política Nacional de Convivência com o Semiárido, que articule ações e recursos humanos e financeiros desde os municípios, territórios, bem como organize uma estrutura que dialogue com todas as instâncias.

01. Constituição de um Conselho Nacional para a gestão da Política Nacional de Convivência com o Semiárido, com participação paritária entre governo e sociedade.
02. Criação de diretorias/gerências de Convivência com o Semiárido nos governos estaduais e federal (Sudene, Dnocs, Codevasf).
03. Garantia de que cada estado, território (rural e/ou da cidadania) e município do semiárido tenha uma política de convivência com o semiárido, tomando como base a Política Nacional, inclusive que os estados criem secretarias de agricultura ou correlatas.
04. Realização de conferências municipais, estaduais e regional para a construção da Política Nacional.
05. Alteração da legislação para desburocratizar/agilizar o repasse e a execução dos recursos disponíveis em situações de emergência ou calamidade pública.
06. Criação de um Fundo Nacional do Semiárido com recursos do OGU (Orçamento Geral da União) com contrapartida de estados e municípios.

07. Utilização dos recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, ou Fundo Clima, criado pela Lei 12.114 de 09/12/2009 e regulamentado pelo Decreto 7.343, de 26/10/2010 – vinculado ao Ministério do Meio Ambiente – para ações estruturantes no Semiárido e ações emergenciais quando for o caso, bem como cumprir o compromisso do MMA em destinar 50% (cinquenta por cento) do referido para apoiar o Fundo para o Desenvolvimento Sustentável do Nordeste e combate à desertificação.
08. Destinação de um percentual de 5% (cinco por cento) do FNE, operacionalizado via Sudene, para apoiar as ações do Plano Nacional de Convivência com o Semiárido.
09. Garantia de orçamento próprio para os órgãos de pesquisa implementarem as tecnologias sociais validadas.
10. Criação de fontes permanentes de recursos para estudos e pesquisas sobre o bioma caatinga, visando a sua preservação e exploração sustentável.



## Do mapeamento, sistematização e multiplicação das tecnologias sociais

Um conjunto de iniciativas da sociedade civil tem buscado responder aos diversos desafios para construir soluções relacionadas à infraestrutura hídrica e à produção no Semiárido. É importante mapear, sistematizar e multiplicar tais experiências, principalmente fazendo-as interagir com os órgãos de pesquisa, para estudo e validação, tendo ainda a preocupação com a garantia dos recursos necessários, principalmente para sua difusão.

11. Mapeamento, sistematização e multiplicação das experiências exitosas de convivência com o Semiárido, promovidas pela sociedade civil e relacionadas à infraestrutura hídrica e à produção, com validação destas pelos órgãos oficiais de pesquisa em âmbito federal e estadual.
12. Instrução dos órgãos de pesquisa para o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias alternativas junto à agricultura familiar.
13. Considerando principalmente: cisternas de placas, cisternas calçadão, cisternas de enxurradas, cordões de pedra, terraços de retenção, captação "In Situ", barragens sucessivas de pedra e cal, barragem subterrânea, barreiro trincheira, cisterna compacta.

## Do acesso à infraestrutura hídrica e ao saneamento

Uma questão crucial para o Semiárido não é exatamente a falta de água, mas a sua adequada e eficiente captação e o seu armazenamento e posterior distribuição de forma equitativa. O foco principal deve ser construir alternativas permanentes de acesso e gestão sustentável dos recursos hídricos, garantindo a sua democratização e reuso.

Outro fator essencial é articular o acesso à água com o saneamento básico, visando preservar os mananciais de contaminações e ampliando as condições de saúde das populações.

14. Mapeamento da infraestrutura hídrica dos municípios, verificando as condições atuais, nível de degradação e potencialidades.
15. Universalização das cisternas de placas e calçadão, com 16 mil litros e 52 mil litros respectivamente, dos Programas P1MC e P1+2.
16. Democratização do acesso à água com a construção de sistemas simplificados de abastecimento d'água, em comunidades rurais, com perfuração, recuperação e instalação de poços e elevação de adutoras (caixas elevadas), para abastecimento das comunidades, por meio de ramais, em distribuição por gravidade, tendo sua execução direta pelos Estados e também via projetos e programas com participação das organizações da sociedade civil.
17. Construção de adutoras de pequeno e médio portes, bem como ramais para as comunidades rurais, possibilitando o acesso à água, decorrente da interligação das adutoras com os canais do São Francisco e complementando os projetos já existentes em todos os estados do Nordeste.

18. Construção de novas barragens receptoras das águas do rio São Francisco para ampliação das regiões beneficiadas.
19. Perenização dos rios intermitentes do Semiárido para viabilizar o armazenamento e a distribuição de água em complemento e suporte ao Projeto de Integração de bacias do São Francisco.
20. Garantia de que os estados do Semiárido tenham políticas de metas para implantação de poços tubulares, amazonas e artesianos, garantindo que cada comunidade disponha de, pelo menos, um ponto de captação de água para consumo humano e animal.
21. Implementação de obras, em caráter de urgência, de esgotamento sanitário nos municípios às margens dos rios ou canais de transposição, de tal forma que não se poluam essas águas, essenciais para o abastecimento humano, aplicando a Lei nº. 11.445, de 5 de janeiro de 2007.
22. Ampliação do programa federal de recuperação e revitalização dos perímetros irrigados, com viabilidade econômica e aproveitamento mais eficiente do uso da água conforme a Lei nº. 12.787, de 11 de janeiro de 2013.
23. Garantia de que os municípios invistam no tratamento de esgoto dos perímetros urbanos e rurais.
24. Construção de um programa de reutilização das águas servidas, priorizando os municípios do Semiárido.
25. Garantia de que as populações ribeirinhas tenham acesso à água e ao saneamento.
26. Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas já existentes no Semiárido.

## Do acesso à terra e da regularização fundiária

O acesso à terra e a regularização fundiária se constituem como elementos fundamentais da convivência com o Semiárido, à medida que estruturam, juntamente com a água, a vida nessa região. Nesse sentido, os assentamentos de reforma agrária precisam ser vistos como células estratégicas do desenvolvimento do Semiárido e, como tais, é necessário garantir toda a infraestrutura necessária para as famílias assentadas poderem produzir com qualidade e em quantidade para continuar alimentando a nação brasileira.

27. Realização de georreferenciamento e regularização fundiária dos imóveis da agricultura familiar no semiárido, inclusive com os custos cartoriais advindos da regularização sendo custeados pelos governos estaduais por meio de leis de isenção, observando sempre as áreas passíveis de inventário/partilha de bens.
28. Recuperação imediata dos projetos de assentamentos antigos e atuais, bem como de suas áreas de reserva legal, assegurando as estruturas necessárias.
29. Realização de vistorias e desapropriação de áreas, considerando um plano de recuperação da degradação ambiental, imediato à desapropriação.
30. Desapropriação de áreas com dedução financeira dos impactos ambientais nos valores de pagamento das benfeitorias, destinando esses recursos para a recuperação ambiental.
31. Remuneração, por áreas preservadas, mediante o pagamento por serviços ambientais nos projetos de assentamentos e áreas de agricultura familiar.
32. Agilidade na regulamentação e implementação das demandas de habitação nos assentamentos via o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR.

## Da organização e comercialização, da geração de emprego e renda e do protagonismo de jovens e mulheres

**H**istoricamente, o Semiárido foi associado à pobreza e ao subdesenvolvimento. Entretanto o que, de fato, nunca foi implantada na região é uma política articulada e estratégica de organização da produção e comercialização, bem como de geração de emprego e renda, considerando principalmente a juventude e as mulheres.

Empregar todos os meios para dotar a região de tecnologias e infraestrutura de produção adequadas, agregação de valor aos produtos e o acesso a mercados é outro elemento central para reintegrar a região como partícipe do desenvolvimento nacional.

33. Realização de estudos e pesquisas para identificação, experimentação, validação e difusão/massificação de tecnologias sociais de produção agrícola, a exemplo do biodigestor e bioágua.
34. Distribuição de fôrmas, equipamentos e máquinas ensiladeiras, visando à construção de silos, que melhor se adaptem à realidade local, bem como a armazenagem de fenação e silagem, que são tecnologias sociais ao alcance imediato dos(as) agricultores(as) familiares.
35. Implementação de um programa de produção de grãos, hortaliças e suporte forrageiro nos perímetros irrigados do Dnocs e áreas da Codevasf.
36. Disponibilização das áreas molhadas dos perímetros irrigados do Dnocs para o cultivo de vazantes pela agricultura familiar para a produção de grãos, hortaliças e suporte forrageiro sem uso de adubos químicos e agrotóxicos.

37. Criação de programas estaduais de produção e suporte forrageiro, principalmente para o replantio de palma forrageira nas áreas devastadas pela cochonilha do carmim, a exemplo da situação de Alagoas, Ceará, Pernambuco e Paraíba, vivenciada há, pelo menos, 10 anos.
38. Utilização de alternativas forrageiras como o bagaço da cana, a torta de algodão e o farelo de soja, dentre outras.
39. Incentivo à criação de bancos e casas de sementes nativas (crioulas) da região, de modo a preservar a flora nativa da caatinga, garantindo a soberania das comunidades na produção de alimentos, ofertando ainda capacitação e assistência técnica para sua implementação, manutenção e gestão.
40. Descentralização dos armazéns da Conab para facilitar o acesso dos(as) agricultores(as) familiares.
41. Recuperação e melhoramento dos rebanhos (caprinos, ovinos e bovinos) e do plantel avícola, bem como retomada das atividades agrícolas com ênfase em culturas adaptadas.
42. Investimento na agroindustrialização como estratégia principal de agregação de valor para fomentar o beneficiamento dos produtos da agricultura familiar a partir da implementação do Suasa.
43. Ampliação e massificação das experiências dos Projetos Mandala, PAIS (Produção Agroecológica Integrada Sustentável) e Quintais Produtivos.
44. Articulação dos programas e créditos para construir uma estratégia de organização da produção, comercialização, marketing e registro dos produtos da agricultura familiar.
45. Fortalecimento das feiras agroecológicas e adesão à economia solidária como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar.
46. Consolidação das centrais de comercialização da agricultura familiar.

47. Fomento a políticas de comercialização que viabilizem a inserção dos agricultores (as) familiares no mercado aberto e mercados institucionais (creches, hospitais, escolas e etc.), trazendo uma melhoria de renda e a apropriação das formas de comercialização, livres da ação de atravessadores.
48. Realização de investimentos na formação para a gestão social a partir do associativismo e cooperativismo.
49. Fortalecimento das cooperativas de crédito da agricultura familiar e economia solidária.
50. Garantia de que os municípios fomentem ações que contribuam para organização da produção da agricultura familiar, visando ao atendimento das exigências do Pnae.
51. Garantia de que os municípios realmente adquiram o mínimo de 30% da produção da agricultura familiar, conforme estabelecido em Lei.
52. Isenção de impostos dos(as) agricultores(as) familiares fornecedores de produtos de alimentação escolar.
53. Investimento em programas e projetos de geração de renda, dando autonomia e possibilitando o protagonismo das mulheres e jovens do meio rural.
54. Divulgação, de forma massiva, das iniciativas de geração de renda desenvolvidas pelos/as agricultores/as, na perspectiva da sustentabilidade, evitando que as famílias degradem o bioma caatinga em busca de sua subsistência.
55. Instalação de medidores elétricos especiais do Programa Tarifa Verde nos mananciais com segurança hídrica e que tenham área com solos aptos, com linhas de crédito subsidiadas para pequenos projetos de irrigação.
56. Implantação, em cada sub-região, de uma cadeia logística, a fim de assegurar a circulação de insumos e produtos ao longo de toda a cadeia, desde o insumo inicial até o produto final nas mãos do consumidor.

## Da Assistência Técnica e Extensão Rural

A organização da Assistência Técnica e Extensão Rural é um suporte essencial à produção e à comercialização e, para isso, precisa atuar a partir de novas referências e metodologias consoantes à convivência com o Semiárido, mas sem perder o horizonte da Política Nacional de Ater (Pnater).

57. Formação e sensibilização de quadros técnicos multidisciplinares para trabalharem nas especificidades da região de acordo com o Plano de Convivência com o Semiárido.
58. Atualização da grade curricular das instituições de ensino voltada à realidade do Semiárido, para a formação dos agentes de Ater.
59. Potencialização e qualificação da Ater pública prestada por instituições estatais e não estatais.
60. Criação de instrumentos de monitoramento da Ater pela sociedade civil, considerando metas e resultados obtidos (qualitativa e quantitativamente).
61. A atuação dos agentes da Ater precisa fomentar, mediar e qualificar a experimentação técnica e social por meio de metodologias que priorizem o diálogo agricultor(a)-agricultor(a).
62. A ATER para o Semiárido precisa ter como referência as metodologias desenvolvidas pelo Projeto Dom Helder Câmara, do Ministério do Desenvolvimento Agrário.



## Do acesso à educação

**G**arantir processos de ensino e aprendizagem a partir da realidade do Semiárido, como estratégia pedagógica, é o principal elemento da educação contextualizada, fundamentada nos princípios e concepções da educação do campo. Esse aspecto alcança maior relevância quando fortalece o desenvolvimento econômico e social e valoriza a cultura e os modos de vida da região, gera autoestima e amplia as oportunidades de geração de emprego e renda.

63. Construção de uma proposta pedagógica de educação contextualizada para o Semiárido, considerando o protagonismo de mulheres, jovens, povos tradicionais e levando em conta as experiências já existentes.
64. Divulgação e ampliação das experiências de educação contextualizada para o Semiárido, sempre levando em consideração as especificidades locais.
65. Realizar investimentos, de forma permanente, na formação de educadores(as) em educação contextualizada para o Semiárido.
66. Garantia da produção de materiais didático-pedagógicos, que contribuam para a construção do conhecimento a partir da educação contextualizada.
67. Criação e fortalecimento de parcerias com as Escolas Famílias Agrícolas (EFAS) e Casas Familiares Rurais (CFR), como complemento importante à estratégia de desenvolvimento da educação no Semiárido.
68. Construção de um programa de formação profissional para o semiárido, priorizando a juventude.
69. Implantação, em parceria com INSA e UFERSA, de Universidade Aberta do Semiárido, ampliando assim a formação superior com foco na educação, pesquisa e extensão rural para os biomas da região, em particular, o bioma caatinga.

70. Criação de Escolas Técnicas da Agricultura Familiar e convivência com o Semiárido.
71. Garantia de uma Arca das Letras em todas as comunidades e assentamentos de cada Território Rural ou da Cidadania localizado no Semiárido.

## Da soberania e segurança alimentar e nutricional

A agricultura familiar tem sido responsável por cerca de 70% dos alimentos que abastecem a mesa dos brasileiros e brasileiras. Fortalecer e ampliar as condições de produção e os canais de comercialização e consumo, além de produzir alimentos saudáveis são instrumentos de combate à pobreza e de soberania alimentar.

Para tanto, fortalecer e aprimorar os mecanismos institucionais constituem fatores essenciais para o desenvolvimento sustentável.

72. Cumprimento da Lei No 11.346/2006, no que se refere ao direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.
73. Mapeamento das áreas de subnutrição ainda existentes no Semiárido brasileiro, para o melhor direcionamento dos recursos referentes à segurança alimentar e nutricional.
74. Elaboração de cardápio nas escolas, por profissionais em nutrição, levando em conta os produtos da agricultura familiar e reforma agrária, usando o Pnae, conforme a Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009.

## Do meio ambiente

**E**m tempos de degradação ambiental e do crescente processo de desertificação em função de queimadas e mau uso da água e do solo, implantar novas e dar continuidade as iniciativas em curso é fundamental para a preservação ambiental. Diante do quadro de irregularidade de chuvas no tempo e no espaço, característica do Semiárido, preservar, recuperar e proteger os mananciais; reflorestar áreas desmatadas; proteger espécies em extinção (sobretudo aquelas próprias da caatinga), aliando tudo a um programa de educação ambiental, é a principal perspectiva de utilizar os recursos naturais de maneira sustentável.

75. Realização de um processo massivo de educação ambiental enfocando: uso racional da água, redução dos insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos), preservação e recuperação de fontes e mananciais, erradicação de queimadas, utilização de sementes nativas/crioulas, manejo agroflorestal sustentável.
76. Desenvolvimento de programas estaduais e municipais de viveiros de mudas com espécies nativas e exóticas da caatinga.
77. Revitalização de rios, riachos, fontes e nascentes.
78. Organização de projetos de reflorestamento das matas ciliares dos rios, riachos, fontes e nascentes do Nordeste, bem como sua despoluição quando for o caso.
79. Execução da Lei de Resíduos Sólidos nos municípios, priorizando as áreas rurais.
80. Efetivação do Programa Bolsa Verde no Nordeste.
81. Criação e implementação de um programa com participação do Incra, Ministério do Meio Ambiente, órgãos estaduais de Meio Ambiente e organizações de Ater, com recursos não reembolsáveis, para levantamento e recuperação dos passivos ambientais nas áreas de agricultura familiar do Semiárido, bem como a adequação à legislação ambiental vigente.

82. Recuperação de áreas degradadas ambientalmente e enfrentamento à desertificação, principalmente fortalecendo e estimulando as ações dos estados e municípios.
83. Agilização da tramitação da PEC 504/2010, que versa sobre o reconhecimento da caatinga e do cerrado como patrimônios nacionais.
84. Retomada do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio), do qual resultou a identificação de 900 áreas prioritárias para a conservação, utilização e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira para consolidar as já conservadas e identificar novas.
85. Implantação de um programa de pesquisa para estudar o potencial curativo (princípios ativos) das plantas da caatinga para a saúde humana e animal com registro e publicação.

## Da valorização de povos e culturas

**M**apear, reconhecer e valorizar os povos e culturas do Semiárido são estratégias fundamentais em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), a partir do Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, sobretudo considerando o diagnóstico do Programa Brasil Quilombola, no que concerne ao acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, desenvolvimento local e inclusão produtiva, direitos e cidadania.

86. Mapeamento, sistematização e divulgação de todas as tradições artísticas e culturais de Semiárido.
87. Complementação do EIA/RIMA, feito para o Projeto de Integração de Bacias do Rio São Francisco, visando identificar número de povos e população atingida, possíveis prejuízos de ordem cultural, arqueológica e histórica com os deslocamentos dos grupos e, principalmente, quais condições e compensações lhes serão ofertadas.
88. Fortalecimento e ampliação das ações do programa Brasil Quilombola no Semiárido.



Parceria:



Apoio:

